

## **INSTITUCIONAL**

### **1. Gestor**

ANDREA VULCANIS

### **2. Síntese da Gestão**

#### **2.1 Aspectos Gerais**

Em 2024, a gestão da política ambiental no estado de Goiás apresentou uma série de avanços significativos, embora alguns desafios ainda persistam. O conjunto de metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, bem como o Plano Estratégico Institucional elaborado pela Pasta, contribuíram diretamente para o aprimoramento da gestão ambiental e o alinhamento da conservação dos recursos naturais com o progresso socioeconômico do estado.

A SEMAD tem como visão, propiciar à sociedade goiana um órgão inovador e de referência nacional na formulação e execução das políticas públicas de meio ambiente, recursos hídricos e resíduos sólidos. Para isso se concretizar foram formulados 12 objetivos estratégicos, com intuito de orientar as ações a serem implantadas na secretaria. São eles:

O.E1) Avançar no planejamento, formulação e implementação das políticas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e saneamento, bem como nas medidas de enfrentamento às mudanças climáticas.

O.E2) Promover a melhoria na relação da sociedade com o meio ambiente.

O.E3) Ampliar a eficácia e transparência do processo de licenciamento ambiental e de outorga de uso de recursos hídricos.

O.E4) Fortalecer e promover o monitoramento, a gestão e o controle da situação e do uso dos recursos naturais e hídricos.

O.E5) Promover a conservação e o manejo da biodiversidade.

O.E6) Implementar programas e projetos para o aumento da resiliência climática e para o desenvolvimento sustentável, por meio da educação ambiental.

O.E7) Promover a segurança jurídica para o desenvolvimento econômico do estado por meio da regularização ambiental.

O.E8) Promover e apoiar ações visando a universalização do saneamento básico no estado de Goiás.

O.E9) Combater o desmatamento ilegal e outros ilícitos ambientais.

O.E10) Atuar em situações de emergências ambientais e hídricas críticas.

O.E11) Aprimorar a eficiência da gestão ambiental por meio da capacitação, inovação e transparência.

O.E12) Promover suporte logístico, tecnológico e financeiro aos programas, projetos, ações e atividades da SEMAD.

Para alcançar os resultados positivos, diversas estratégias foram adotadas, com destaque para a melhoria da gestão de processos e a implementação de novas ações em áreas chave como unidades de conservação, fiscalização, recursos hídricos e resíduos sólidos. Uma das melhorias que contribuiu para o alcance desses resultados, foi a convocação dos novos servidores aprovados no concurso público realizado em 2023. A incorporação desses profissionais ao quadro da administração pública estadual trouxe maior capacidade técnica e operacional, o que foi fundamental para o cumprimento das metas. O aumento do quadro de servidores possibilitou a expansão das ações de monitoramento e fiscalização em diversas frentes, e também a organização de forças-tarefa em áreas específicas, garantindo que os processos fossem cumpridos de forma mais eficaz e abrangente.

A implementação de tecnologias e sistemas de monitoramento e informação, como os sistemas Inã e o SirhGo, possibilitou uma resposta mais ágil e eficaz a questões ambientais emergenciais. Esses avanços são reflexo de uma estratégia que priorizou a modernização da gestão pública, permitindo maior transparência e agilidade nos processos administrativos e operacionais.

#### **2.2 Entregas Relevantes nesse Exercício**

Com o fim do exercício de 2024 a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás - SEMAD possui resultados expressivos e avanços significativos na gestão ambiental.

- A SEMAD sediou um painel internacional pela primeira vez, na COP-16, que aconteceu em Cali, na Colômbia. A proposta do painel foi de promover um diálogo estratégico sobre as iniciativas em andamento para restauração de ecossistemas e proteção de espécies. O debate reuniu representantes de governos subnacionais de toda a América Latina.

- A SEMAD melhorou o índice de maturidade na gestão de projetos. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) recebeu, em outubro, índice 3,16 (na escala de um a cinco) de maturidade no gerenciamento de projetos. Esse índice está quase um ponto acima do que havia sido atribuído em 2023 pela Secretaria-Geral da Governadoria, responsável pela avaliação.

- Foi publicado um edital para o credenciamento de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Goiás, com o objetivo de integrar esses grupos ao banco de projetos da pasta. Além disso, o número de cooperativas e associações de catadores de recicláveis em Goiás cresceu 58,9% desde 2015. O programa de gestão de resíduos sólidos urbanos também apresentou progresso significativo, com um aumento de 82,6% no número de municípios equipados com caminhões compactadores desde 2017.

- O Programa Goiás Resiliente foi lançado para criar protocolos para emergências ambientais, mapear áreas de risco e capacitar gestores municipais a adaptarem suas cidades aos efeitos adversos das mudanças climáticas. A primeira fase do programa envolve a elaboração de protocolos e mapas de risco, enquanto a segunda fase se concentra na capacitação e preparação de planos e projetos para mitigar riscos dos municípios. Em sua etapa final, o Programa empenhará recursos para concretizar alguns dos projetos das prefeituras além de auxiliá-las na captação de recursos nacionais e internacionais.

- A secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Andréa Vulcanis, anunciou no dia 10 de setembro, em evento realizado na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Faeg), o primeiro Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o 'Cerrado em Pé'. O objetivo do PSA é remunerar proprietários rurais que firmarem o compromisso de conservar a vegetação nativa passível de supressão em suas respectivas propriedades. As áreas que poderão ser inscritas no programa são aquelas que, do ponto de vista legal, poderiam ser convertidas para cultivo ou criação de gado e não reservas legais ou áreas de preservação permanente (APPs), que já são protegidas por lei. O intuito é frear o desmatamento em regiões estratégicas do estado, enquanto se conscientiza os proprietários da importância de se manter o cerrado em pé.

- A SEMAD reativou com sucesso o Fórum Goiano de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. O Fórum é um colegiado consultivo em que serão discutidas políticas de desenvolvimento sustentável e de enfrentamento às mudanças climáticas para o Estado. Composto por dezenas das principais instituições envolvidas com o tema no estado, respeitando a paridade entre poder público e sociedade civil. Foi realizada eleição para escolha das instituições da sociedade civil. Apenas uma vaga não foi preenchida: a das cooperativas e associações de extrativistas. Com as preparações feitas, a primeira reunião ocorreu no dia 05/12, com a posse dos membros, aprovação do regimento interno e formação das Câmaras Técnicas.

- Foram realizados avanços significativos na cooperação entre SEMAD e outros atores relevantes, nacionais e internacionais, da pauta ambiental e climática. Através da SEMAD, Goiás tem desempenhado papéis de protagonismo em grandes iniciativas nacionais, como o Consórcio Brasil Verde e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; tendo assumido ainda a coordenação da Câmara Técnica do Clima da ABEMA, instituição que congrega os órgãos públicos estaduais de meio ambiente. No âmbito internacional, as parcerias com a Under2, CDP, Regions4, Subnational Methane Action Coalition (SMAC), entre outros, tem auxiliado Goiás a se fazer presente nos grandes fóruns, como a Climate Week e a COP 16 da Biodiversidade. Também estão em atuação cooperações técnicas com instituições como o Observatório do Clima, SEEG, MapBiomass, Lapig/UFG, Geonoma, entre outras.
- A SEMAD elaborou, com apoio de parceiros técnicos, o Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais para o estado de Goiás (PPCDQIF). Trata-se de um plano setorial para a mitigação das emissões de gases do efeito estufa oriundos da Mudança de Uso da Terra e Florestas (MUTF). Congrega políticas de comando e controle com as de instrumentos econômicos e incentivos positivos para traçar um plano abrangente objetivando prevenir, controlar e monitorar o desmatamento e as queimadas em Goiás.
- Por meio do Projeto REDD+ Goiás, contratou-se uma consultoria especializada na implementação de uma abordagem jurisdicional para a neutralização de emissões de gases do efeito estufa. A partir desta abordagem, o Governo de Goiás será capaz de estabelecer seu Sistema Estadual de REDD+, gerando créditos de carbono para financiar a transformação para uma economia de baixo carbono e resiliente às mudanças climáticas.
- A SEMAD produziu um guia de implantação de coleta seletiva, voltado para os municípios que ainda não implantaram os seus próprios sistemas de coleta seletiva. A cartilha é gratuita e está disponível no site do órgão.
- Com relação à fiscalização, a SEMAD digitalizou todo o fluxo de processos com a implementação da plataforma Inã, agilizando a aplicação de multas e tornando o processo mais transparente. Além disso, foram realizadas 811 ações de fiscalização in loco. Foram monitorados 1021 empreendimentos com licenciamento ambiental (pós-licença e pós-outorga) e também foi realizado o cadastramento de 23289 barragens (acumulando um total 56313 barragens cadastradas no estado), sendo que 70% das barragens com CRI alto foram fiscalizadas.
- Foi aprovado pela Portaria nº 52, de 08 de fevereiro de 2024, o Regulamento Interno da Fiscalização – RIF da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), estabelecendo os procedimentos para o exercício das atividades de fiscalização ambiental no âmbito da SEMAD.
- O desmatamento em Goiás caiu 48,8% e chegou no menor número desde 2001, em comparação entre o período que vai de 1º de agosto de 2023 a 31 de julho de 2024 e o mesmo intervalo de tempo anterior (2022/23). São dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Essa é a maior redução percentual desde 2001. Em números absolutos, são 411,9 km² de vegetação suprimida em 2023/2024, enquanto que em 2022/2023 foram 804,3 km².
- A Declaração Ambiental de Imóvel já garantiu a proteção de mais de 25 mil hectares de solo goiano por meio de compensações, com 617 declarações aprovadas até o momento.
- A SEMAD lançou o mais completo e detalhado mapeamento do Cerrado para grandes áreas. O estudo foi nomeado de 'Atlas de Remanescentes de Vegetação Nativa de Goiás' e será entregue em seis etapas – a primeira delas foi entregue no dia 10 de dezembro de 2024 e as outras serão a cada intervalo de três meses. Cada etapa corresponde a uma bacia. A primeira é a do Meia Ponte e dos Bois. Na sequência, virão: 2) Médio Tocantins e Paranã, 3) Alto Araguaia e Rio Vermelho, 4) Paranaíba, 5) Médio Araguaia, e 6) Almas, São Francisco e Corumbá.
- No âmbito da recuperação ambiental, o Lote 02 do Programa Juntos pelo Araguaia (JPA) foi encerrado com sucesso, cobrindo 230 hectares com plantio, cercamento e outras práticas de proteção do solo, impactando aproximadamente 29 mil vidas com um índice de pagamento das mudas de 93%.
- Foi lançado o projeto Campos do Cerrado, que visa promover o conhecimento e a conservação dos campos e savanas do bioma, agora conta com um website e um manual prático desenvolvido em parceria com pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- Foram realizadas 48 campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais, tendo foco em conservação do meio ambiente.
- Quanto as capacitações e cursos, a SEMAD já realizou 73 cursos e/ou capacitações para o público interno e externo, capacitando no total 4528 pessoas.
- Foram publicados 53 atos normativos referentes à gestão ambiental e de recursos hídricos no Estado de Goiás. Além disso, a secretaria criou um boletim mensal com o objetivo de informar a população a respeito dos atos normativos (decretos, leis, normas e portarias, por exemplo) aplicáveis à SEMAD.
- Foram elaborados os manuais especializados para atendimento de emergências ambientais relacionadas a rompimento de barragens e as ocorrências de incêndios florestais e também o Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais. Além disso, foram realizadas 136 ações de combate à incêndios florestais em Unidades de Conservação. Com isso, houve uma redução de 88,5% em áreas atingidas por incêndios provocados por ações humanas nas Unidades de Conservação estaduais de domínio público.
- Foram aprovados 03 planos de manejo para as unidades de conservação estaduais: Parque Estadual dos Pireneus, Área de Proteção Ambiental dos Pireneus e Parque Estadual da Mata Atlântica. Como também está em andamento a elaboração e/ou revisão de outros 13 planos de manejo para as unidades de conservação: Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP)/Parque Estadual do João Leite (PEJol), Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR), Área de Proteção Ambiental da Serra Geral de Goiás (APA Serra Geral), Parque Estadual de Paraúna (PEPa), Área de Proteção Ambiental da Serra das Galés e da Portaria (APA Serra das Galés), Parque Estadual Telma Ortegal (PETO), Parque Estadual Águas do Paraíso – (PEAP), Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto (APA Pouso Alto), Área de Relevante Interesse Ecológico Águas de São João (ARIE Águas de São João), Parque Estadual do Araguaia (PEA), Parque Estadual da Serra de Jaraguá (PESJ), Parque Estadual da Serra Dourada (PESD) e Área de Proteção Ambiental da Serra da Jibóia.
- A SEMAD também lançou o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em Goiás (SirhGO), uma plataforma que disponibiliza dados abrangentes sobre recursos hídricos no estado. O SirhGO já recebeu 19.856 acessos e oferece informações sobre chuvas, vazão de rios, qualidade da água, sistema de monitoramento dos planos, entre outros.
- Foram analisadas 4817 solicitações de outorga de recursos hídricos e 29288 declarações de uso, além de 589 amostras de qualidade da água.
- Foram aprovadas 4 propostas de enquadramento, uma para cada bacia hidrográfica, para as bacias do (1) Rio Meia Ponte, (2) Bois, (3) Corumbá, Veríssimo e São Marcos e (4) Baixo Paranaíba.
- Foi lançado o Relatório de Avaliação da Implementação dos Planos de Bacia, compreendendo a avaliação da implementação dos quatro planos de bacia dos afluentes do Rio Paranaíba no estado.
- Foram elaborados e disponibilizados mapas com as vazões explotáveis dos aquíferos subterrâneos em Goiás e por UPGRHs em Goiás.
- Tratando de licenciamento ambiental, a SEMAD emitiu 3.544 licenças ambientais e 20.459 declarações de inexigibilidade. Foram

- analisadas 4044 solicitações de processos de licenciamento ambiental e emitidos 1036 Documentos de Origem Florestal - DOF.
- A SEMAD lançou, no dia 07 de novembro de 2024, o seu sistema de reposição florestal, com o nome de Reflor. A proposta do Reflor é a de estimular o plantio de árvores e a manutenção do Cerrado em pé. No âmbito da SEMAD, a compensação florestal pode ser cobrada em duas situações. A primeira é quando há desmatamento autorizado, no licenciamento de uma atividade pública ou de interesse social, por exemplo (construção de barragens, estradas, linhas de transmissão). Nesse caso, o crédito só pode ser usado para transportar a madeira oriunda daquele empreendimento.
  - Foram emitidas 23 autorizações de uso de espaço nas Unidades de Conservação.
  - Foram emitidas 12 autorizações de uso de imagem nas Unidades de Conservação.
  - Foram emitidas 18 autorizações de pesquisa para as Unidades de Conservação.
  - Foi criada a primeira Reserva Privada de Desenvolvimento Sustentável (RPDS) do Estado de Goiás, a RPDS Legado Verdes do Cerrado, de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio, no município de Niquelândia, com área de 33.071,3360 hectares;
  - Foram emitidas 53 manifestações favoráveis para titulação de terras devolutas;
  - Foram emitidas 18 declarações de anuência para fins bancários e/ou comercialização de produtos para imóveis não desapropriados no interior de Unidades de Conservação;
  - Foram emitidas 31 declarações de anuência para certificação junto ao SIGEF-INCRA de imóveis não desapropriados no interior de Unidades de Conservação;
  - Foi publicado o Decreto estadual nº 10.411, de 23 de fevereiro de 2024, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, o Parque Estadual de Terra Ronca;
  - Foram reestabelecidos 10 conselhos consultivos de Unidades de Conservação, cuja porcentagem de conselhos criados totaliza 95% das unidades;
  - Foram emitidas 21 declarações quanto ao apoio dos municípios na Unidades de Conservação estaduais.

2.3 Premiações / Destaque nesse Exercício

- Goiás conquistou o terceiro lugar no quesito ‘sustentabilidade ambiental’ do Ranking de Competitividade dos Estados 2024, que foi divulgado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). São três posições acima se comparado a 2023.
- O programa Juntos Pelo Araguaia foi premiado como uma das iniciativas mais importantes do mundo na área do meio ambiente. O reconhecimento veio materializado no troféu Green Apple Environment Awards 2024, que desde 1994 homenageia empresas, organizações, governos e indivíduos que implementam práticas inovadoras e responsáveis do ponto de vista da sustentabilidade.
- Servidores da SEMAD elaboraram um relatório que foi vencedor da 6ª Edição do Prêmio MapBiomas na categoria de destaque em aplicações de políticas públicas. O título do trabalho foi: Aplicação de alertas de desmatamento e mapeamentos de uso e cobertura do solo da rede MapBiomas no combate ao desmatamento ilegal no estado de Goiás.
- SEMAD atinge nível máximo em certificação do Ministério da Gestão. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) certificou a SEMAD como categoria Bronze 4, maior nota do certificado em Nível de Maturidade da Gestão. A pontuação atingida pelo órgão foi de 97.62, o que garantiu à secretaria o 1º lugar no ranking geral do desempenho estadual no Índice de Maturidade e Gestão.

2.4 Possui Planejamento Estratégico Institucional - PEI

SIM

2.5 Que outros instrumentos de planejamento foram utilizados

Matriz SWOT (forças e fraquezas, oportunidades e ameaças), Balanced Scorecard (BSC), Ciclo PDCA (Planejar, FAzer, Monitorar, Avaliar/Agir)

2.6 Principais Indicadores

Os indicadores de gestão/desempenho aplicáveis à gestão ambiental em sua maioria estão desatualizados ou não são compatíveis com as ações do órgão. Para medir e acompanhar os resultados dessa Pasta, estamos elaborando indicadores internos do órgão.

PROGRAMAS DE GOVERNO  
PROGRAMA: 1011 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS

INICIATIVA: 10127 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEM  
2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18084 - PLANOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO ELABORADOS	2,0	4,0	1.040.000,00	82.000,00	0,00	3288 - ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO (R\$ 0,00)
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> A meta prevista para elaboração dos planos de bacias hidrográficas e estudos de enquadramento foi alcançada e superada, devido a empenho da equipe técnica responsável. A dotação orçamentária autorizada não foi utilizada, pois foi possível desenvolver os planos e os estudos de enquadramento com o esforço interno do corpo técnico da SEMAD, que recebeu servidores especializados no tema. Foram aprovadas 4 propostas de enquadramento, uma para cada bacia hidrográfica, sendo para as bacias do (1) Rio Meia Ponte, (2) Bois, (3) Corumbá, Veríssimo e São Marcos e (4) Baixo Paranaíba. Por meio da plataforma SirhGO, é possível acompanhar o sistema de monitoramento dos planos de recursos hídricos de Goiás.						
18085 - GESTÃO DA INICIATIVA	1,0	1,0	1.010.000,00	5.699.864,00	696.584,06	2334 - GESTÃO DA

DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS						INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS (R\$ 696.584,06)
18088 - FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS REALIZADA		58,0		0,00		
18094 - QUALIDADE DA ÁGUA MONITORADA		589,0		0,00		
18095 - ESTAÇÕES HIDROMETEROLÓGICAS MONITORADAS		137,0		0,00		
18089 - AÇÕES PARA REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS IMPLEMENTADAS		3,0		0,00		
18092 - DECLARAÇÕES DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS ANALISADAS		29.288,0		0,00		
18090 - SOLICITAÇÃO DE OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS ANALISADA		4.817,0		0,00		
18091 - COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE RIOS ESTADUAIS INSTALADO E GERIDO		5,0		0,00		
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> A meta de gestão da iniciativa de fortalecimento da política de recursos hídricos foi atingida. A dotação orçamentária autorizada não foi totalmente liquidada, pois a maioria das ações realizadas foram desenvolvidas por esforço interno da SEMAD.						
18087 - PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS ATUALIZADO	1,0	7,0	20.000,00	62.000,00	0,00	3159 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (R\$ 0,00)
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> A meta definida para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH foi alcançada e superada. A etapa inicial de elaboração do plano já foi iniciada, que consiste na definição metodológica e na elaboração e validação de quadros sínteses das ações. A dotação orçamentária autorizada não foi utilizada, pois as ações foram desenvolvidas por esforço interno do corpo técnico da SEMAD.						
18086 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS AQUIFÉROS SUBTERRÂNEOS DO ESTADO DE GOIÁS	1,0	19,0	20.000,00	342.000,00	0,00	2527 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DE AQUIFÉROS SUBTERRÂNEOS (R\$ 0,00)
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> A meta prevista para caracterização dos principais aquíferos subterrâneos do estado foi alcançada e superada, devido a empenho da equipe técnica responsável. A dotação orçamentária autorizada não foi utilizada, pois foi possível desenvolver os estudos com o esforço interno do corpo técnico da SEMAD, que recebeu servidores especializados no tema.						
18083 - AÇÕES DE SEGURANÇA HÍDRICA REALIZADA	1,0	2,0	1.629.367,21	945.468,73	4.178,50	2336 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA HÍDRICA (R\$ 634.777,86)
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> A meta prevista para ações de segurança hídrica foi alcançada e superada. Contudo, a dotação orçamentária autorizada não foi liquidada, pois a SEMAD optou pelo cancelamento do convênio em razão das dificuldades enfrentadas para a implementação das ações na Bacia Hidrográfica do Alto Tocantinzinho.						

### 3. Descrição Analítica

#### 3.1 Resultado da Iniciativa

O fortalecimento das políticas de recursos hídricos é essencial para garantir a gestão sustentável e eficiente da água, um recurso cada vez mais escasso e vital para diversos setores, como agricultura, indústria e abastecimento urbano. A fiscalização dos recursos hídricos, assegura que os limites de captação sejam respeitados, protegendo os ecossistemas e garantindo a disponibilidade de água para as gerações futuras. A qualidade da água monitorada é fundamental para prevenir a poluição e garantir a saúde pública, além de permitir que a gestão das fontes hídricas seja feita de forma informada, com base em dados precisos. A análise de outorgas de uso de recursos hídricos, por sua vez, regula e distribui os direitos de uso, evitando conflitos e garantindo que as necessidades de todos os setores sejam atendidas sem prejudicar o meio ambiente. Os planos de bacias hidrográficas permitem uma abordagem integrada e territorializada, promovendo a cooperação entre os diversos usuários da água e garantindo a sustentabilidade das bacias. Já os enquadramentos das águas, com base em sua qualidade e potencial de uso, orientam as ações de preservação e recuperação dos corpos hídricos, assegurando que atendam aos padrões necessários para seu uso adequado. Dessa forma, a implementação dessas práticas fortalece a governança da água, promovendo o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, além de garantir a proteção e o uso

U.O.:

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18097 - LOTES DO PROJETO JUNTOS PELO ARAGUAIA IMPLEMENTADO	20.000,0	0,0	20.000,00	0,00	0,00	
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> Foi dado andamento nos lotes já firmados do Programa Juntos Pelo Araguaia. Contudo, não foi possível implementar novos lotes esse ano, devido a dificuldades para encontrar patrocinadores para o projeto.						
18096 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO SUSTENTÁVEL IMPLEMENTADO	20,0	35,4	20.000,00	0,00	0,00	
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> O projeto de desenvolvimento integrado sustentável no nordeste goiano superou a meta prevista. Isso ocorreu pelo empenho da equipe técnica responsável, que iniciou as ações para estruturar projetos para o desenvolvimento sustentável da região.						

3. Descrição Analítica

3.1 Resultado da Iniciativa

O projeto de desenvolvimento integrado sustentável do nordeste goiano tem como objetivo o aumento do IDH na região. Trata-se da região goiana com maior cobertura de vegetação nativa do cerrado, porém é a região menos desenvolvida do Estado, o que requer uma estratégia de desenvolvimento sustentável com valorização da floresta em pé.



INICIATIVA: 10125 - FORTALECIMENTO DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18115 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO REALIZADA	2,0	0,0	20.000,00	6.556.789,32	0,00	3164 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (R\$ 0,00)
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> Não foi possível atingir a meta de regularização fundiária em Unidades de Conservação. O processo de regularização fundiária enfrenta diversos entraves que dificultam a sua implementação efetiva. Um dos principais obstáculos é a complexidade da documentação necessária e a negociação dos terrenos junto aos proprietários.						
18117 - PLANO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ELABORADO	1,0	0,0	20.000,00	2.032.000,00	86.500,00	3287 - ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (R\$ 86.500,00)
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> A meta consiste em Elaborar o Plano para Conservação da Biodiversidade do Estado de Goiás (PLANBio-GO) que tem por objetivo o planejamento estratégico e a gestão integrada de ações que visem a conservação da biodiversidade no Estado de Goiás. Essa meta deveria estar em percentual e ser acumulativa, para acompanhar a evolução da elaboração do plano. Deveremos corrigir a unidade de medida na próxima revisão do PPA. A dotação orçamentária autorizada não foi utilizada, devido a complexidade do processo licitatório para a contratação de empresa com capacidade técnica necessária para execução do contrato.						
18116 - CONCESSÃO DE PARQUES ESTADUAIS REALIZADAS	1,0	0,0	20.000,00	1.130.500,00	0,00	3155 - CONCESSÃO DE PARQUES ESTADUAIS (R\$ 0,00)
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> A meta definida para concessão de parques estaduais não foi atingida. O processo de concessão é complexo e envolve a necessidade de equilibrar os interesses da preservação ambiental com os de desenvolvimento econômico. A dotação orçamentária autorizada não foi utilizada e posteriormente foi transferida para outros produtos por meio solicitação de crédito suplementar. A dotação não foi necessária decorrente a uma alteração no contrato estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, conforme o processo nº 202000017014065 e o Contrato de Estruturação de Projeto nº 21.2.0068.1. Uma nova cláusula foi introduzida, modificando a cláusula sétima do referido contrato. A nova cláusula estabelece que 'Cabe ao PODER CONCEDENTE o pagamento dos valores descritos na Cláusula Quarta (Remuneração) e no caput da Cláusula Quinta (Ressarcimento de Gastos com Terceiros), devendo imputar tal obrigação de pagamento ao licitante vencedor, nos termos da Cláusula Terceira (Obrigação Especial do Poder Concedente) do CONTRATO'. Este ajuste contratual redefiniu as responsabilidades de pagamento, estabelecendo que em caso de sucesso do PROJETO, os pagamentos mencionados deverão ser feitos pelo vencedor do certame licitatório como condição prévia à celebração do contrato de concessão do PROJETO.						
18118 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE	1,0	1,0	3.536.503,39	11.764.000,00	8.198.095,89	2333 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE (R\$ 8.198.095,89)
18122 - AUTORIZAÇÕES PARA O USO E MANEJO DE FAUNA ANALISADAS		1.190,0		0,00		
18124 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GERIDA		24,0		0,00		
18121 - EMPREENDIMENTO COM USO E MANEJO DE FAUNA FISCALIZADO		40,0		0,00		
18120 - AÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REALIZADAS		50,0		0,00		
18123 - CADASTROS AMBIENTAIS RURAIS		1.225,0		0,00		

ANALISADOS						
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> A meta de gestão da iniciativa de fortalecimento da conservação dos recursos naturais e da biodiversidade foi atingida. A dotação orçamentária autorizada não foi totalmente liquidada, pois não foi possível realizar todas as licitações planejadas devido a demanda de trabalho elevada nas unidades de conservação, considerando as emergências ambientais que tiveram que ser atendidas. A alta concentração de esforços em campo prejudicou o andamento administrativo das unidades.						

3. Descrição Analítica

3.1 Resultado da Iniciativa

A gestão eficaz das unidades de conservação desempenha um papel essencial na proteção ambiental e na sustentabilidade dos ecossistemas. A emissão de autorizações para o uso e manejo da fauna, contribui para o equilíbrio entre a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais. As análises de cadastros ambientais rurais ajudam a monitorar o uso do solo e identificar áreas de risco ou de potencial para atividades agrícolas e florestais, assegurando que estejam em conformidade com as normas ambientais e as exigências de preservação. Já as ações de combate a incêndios realizadas nessas unidades são indispensáveis para a proteção da biodiversidade, evitando danos irreparáveis aos habitats naturais. Juntas, essas práticas fortalecem a gestão de unidades de conservação, promovendo não apenas a preservação ambiental, mas também a conscientização e o envolvimento das comunidades locais, criando uma rede de proteção sustentável que contribui para o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação.

INICIATIVA: 10122 - FORTALECER A RESILIÊNCIA DE GOIÁS AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA  
2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18098 - CONFORMIDADE CLIMÁTICA ESTADUAL E MERCADO DE CARBONO JURISDICIONAL IMPLANTADOS	20,0	50,0	20.000,00	93.500,00	0,00	2524 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA VIABILIZAR A CONFORMIDADE CLIMÁTICA (R\$ 0,00)

**Resultado das Entregas / Ações**  
A meta definida para realizar a conformidade estadual e mercado de carbono jurisdicional foi alcançada e superada, devido a empenho da equipe técnica responsável. O produto faz parte da meta do planejamento estratégico institucional de implementar a Estratégia Goiás Carbono Neutro 2050, que consiste em uma série de ações que envolvem abordagens jurisdicionais e Plano de Descarbonização. A dotação orçamentária autorizada ainda não foi utilizada, pois o processo para contratação da empresa de consultoria foi complexo, devido a especificidade técnica do objeto do contrato. Contudo, o contrato para implementação de uma abordagem jurisdicional para neutralização de emissões de gases do efeito estufa foi assinado no final do ano de 2024.

18099 - PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS IMPLANTADO	20,0	61,3	20.000,00	42.000,00	0,00	2525 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DOS PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS (R\$ 0,00)
--	------	------	-----------	-----------	------	---

**Resultado das Entregas / Ações**  
A meta definida para implantação do pagamento pelos serviços ambientais foi alcançada e superada, devido a empenho da equipe técnica responsável. O Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) foi lançado e nomeado de Cerrado em Pé. A dotação orçamentária autorizada não foi utilizada, pois o PSA foi desenvolvido por esforço interno do corpo técnico da SEMAD, que recebeu servidores especializados no tema.

18140 - POLÍTICA DO DESMATAMENTO EVITADO IMPLANTADA	20,0	61,3	20.000,00	62.000,00	0,00	2526 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DA POLÍTICA DO DESMATAMENTO EVITADO (R\$ 0,00)
---	------	------	-----------	-----------	------	--

**Resultado das Entregas / Ações**  
A meta definida para implantação da política do desmatamento evitado foi alcançada e superada, devido a empenho da equipe técnica responsável. O percentual atingido foi o mesmo do produto "18099 - PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS IMPLANTADO". Isso ocorreu pois no momento da elaboração do PPA, foram criados os dois produtos separados. Contudo, após a implementação de estratégias para atingir os resultados esperados, a Secretaria optou por unir as políticas e adotar ações de maneiras que ambas caminhassem juntas. A dotação orçamentária autorizada não foi utilizada, pois as ações foram desenvolvidas por esforço interno do corpo técnico da SEMAD e por outras fontes de recurso privado.

3. Descrição Analítica

3.1 Resultado da Iniciativa

A abordagem jurisdicional promove um olhar para o desenvolvimento sustentável dentro do Estado, envolvendo questões como Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), Créditos de Carbono, promoção de práticas de uso da terra e cadeias de valor sustentáveis. A partir desta abordagem, o Governo de Goiás será capaz de estabelecer seu Sistema Estadual de REDD+, gerando créditos de carbono para financiar a transformação para uma economia de baixo carbono e resiliente às mudanças climáticas. Gerar créditos de carbono

oferece diversas vantagens para o meio ambiente e para a sociedade, auxiliando na mitigação das mudanças climáticas e na preservação do planeta. Além disso, essa prática incentiva as empresas a adotarem soluções mais sustentáveis e inovadoras, promovendo maior eficiência no uso de recursos e estimulando a adoção de tecnologias limpas. Já o PSA vai remunerar proprietários rurais que firmarem o compromisso de conservar a vegetação nativa em suas respectivas propriedades. O intuito é frear o desmatamento em regiões estratégicas do estado, enquanto se conscientiza os proprietários da importância de se manter o cerrado em pé. O programa incentiva a conservação de ecossistemas essenciais, ajuda na mitigação das emissões de gases de efeito estufa, estimula a recuperação de áreas degradadas, fortalecendo a gestão pública e o desenvolvimento sustentável.

**INICIATIVA: 10084 - ESCOLA DE MEIO AMBIENTE**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

**ENTREGAS**

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18132 - GESTÃO DA INICIATIVA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE	1,0	1,0	20.000,00	42.000,00	1.540,00	2331 - GESTÃO DA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE (R\$ 1.540,00)
18133 - CAPACITAÇÕES/CURSOS REALIZADOS PARA O PÚBLICO EXTERNO		38,0		0,00		
18134 - CAPACITAÇÕES/CURSOS REALIZADOS PARA O PÚBLICO INTERNO		35,0		0,00		
18135 - PESSOAS CAPACITADAS		4.528,0		0,00		

**Resultado das Entregas / Ações**  
A gestão da iniciativa da escola de meio ambiente entregou 35 capacitações para o público interno e 38 capacitações para o público externo, capacitando um total de 4528 pessoas. Os principais temas abordados nas capacitações foram geoprocessamento, licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e outorga de recursos hídricos. A meta foi atingida, no entanto não foi possível utilizar por completo a dotação orçamentária autorizada, pois nesse momento foi priorizado o encaminhamento do processo de formação do banco interno de professores, que serão remunerados por meio de gratificações. Nesse ano, as capacitações ministradas foram feitas de forma voluntária pelos professores.

**3. Descrição Analítica**

**3.1 Resultado da Iniciativa**

A capacitação de servidores foi essencial para garantir um corpo técnico mais hábil e atualizado em relação as mudanças na legislação e práticas ambientais. O impacto dos cursos de capacitações realizados reflete diretamente na melhoria da qualidade dos serviços prestados, no aumento da eficiência das ações de fiscalização, na redução do tempo de análise dos processos de licenciamento ambiental e no fortalecimento da imagem institucional. As capacitações voltadas para o público externo proporcionaram condições para que os órgãos ambientais municipais se atualizassem e promovessem um aperfeiçoamento constante em sua equipe, visando a equiparação entre a atuação do estado e dos municípios.

**INICIATIVA: 10052 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

**ENTREGAS**

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18264 - ESCOLA DE MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDA	10,0	10,0	1.200.000,00	1.722.000,00	0,00	3157 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE (R\$ 0,00)

**Resultado das Entregas / Ações**  
Para o ano de 2024 a meta prevista era realizar 10% da entrega, o que compreendia as etapas iniciais que antecedem a concepção do projeto da escola de meio ambiente. A meta foi atingida, sendo definido o local a ser implantado a escola e elaborado o estudo de necessidades para servir de base para contratação do projeto executivo. Contudo, a dotação orçamentária autorizada não foi utilizada, devido a entraves relacionados a aprovação do projeto.

**3. Descrição Analítica**

**3.1 Resultado da Iniciativa**

A construção da escola de meio ambiente ainda está na fase inicial para aprovação do projeto, mas, essa entrega agregará muito para o meio ambiente e para a sociedade. A escola irá atender os servidores do órgão e também o público externo, possibilitando a capacitação contínua dos servidores em áreas como gestão ambiental, sustentabilidade e legislação, além de promover um aperfeiçoamento constante e alinhamento das práticas ambientais. Essa iniciativa fortalece as políticas públicas ambientais, criando uma atuação

coordenada entre o governo estadual e os municípios, além de permitir soluções adaptadas às necessidades locais. Também será possível promover uma gestão participativa que envolva as comunidades locais, funcionando como um centro de educação ambiental e sensibilizando a população sobre a importância da preservação e da sustentabilidade.

**INICIATIVA: 10016 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS**

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- U.O.:** 4361 - AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA  
2401 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
4001 - GABINETE DO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA  
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA  
1201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO  
4201 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA RETOMADA  
2850 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES  
2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ENTREGAS**

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18048 - GESTÃO DA INICIATIVA DE APRIMORAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	1,0	1,0	7.064.493,39	16.855.712,56	9.905.556,63	3119 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA (R\$ 0,00) 2332 - GESTÃO DA INICIATIVA DE APRIMORAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS (R\$ 9.697.823,27)
18049 - SISTEMA ESTADUAL DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL IMPLANTADO		46,0		0,00		
18068 - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS IMPLANTADO		0,0		0,00		
18071 - APLICAÇÃO WEB DE MONITORAMENTO DE FOCOS DE CALOR IMPLANTADA E ATUALIZADA (UPDATED)		45,0		0,00		
18072 - SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS IMPLANTADO E ATUALIZADO (UPDATED)		100,0		0,00		
18036 - APLICATIVOS DE GESTÃO AUTOS DE INFRAÇÕES IMPLANTADOS E ATUALIZADOS		37,0		0,00		
18060 - SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (IPÊ) IMPLANTADO E ATUALIZADO (UPDATED)		10,0		0,00		
18061 - SISTEMA DE GESTÃO DE FAUNA SILVESTRE NA CONDIÇÃO EX SITU (SIGEX) IMPLANTADO E ATUALIZADO		100,0		0,00		
18039 - SISTEMA DE OUTORGA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E LANÇAMENTO DE EFLUENTES IMPLANTADO		71,9		0,00		
18067 - SISTEMA DE GESTÃO DO CREDENCIAMENTO AMBIENTAL IMPLANTADO		26,3		0,00		
18070 - SISTEMA DE GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADO		0,6		0,00		
18073 - SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL INTEGRADO AO IPÊ IMPLANTADO		0,0		0,00		
18037 - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE		100,0		0,00		

RECURSOS HÍDRICOS IMPLANTADO					
18063 - PLATAFORMA DE NEGÓCIOS PARA O DESMATAMENTO EVITADO IMPLANTADO		46,6		0,00	
18065 - CADASTRO DE ÁREAS CONTAMINADAS IMPLANTADO		12,5		0,00	
18038 - SISTEMA DE COBRANÇAS PELO USO DA ÁGUA IMPLANTADO		1,5		0,00	
18064 - SISTEMA DE CADASTRO TÉCNICO ESTADUAL DE ATIVIDADES E INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL IMPLANTADO		100,0		0,00	
18069 - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO IMPLANTADO		0,0		0,00	
18034 - SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS IMPLANTADO		0,0		0,00	
18035 - MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS – MTR ONLINE IMPLANTADO		0,0		0,00	
18062 - SISTEMA DE GESTÃO DE METAS IMPLANTADO		0,0		0,00	
18066 - SISTEMA DO ICMS ECOLÓGICO IMPLANTADO		100,0		0,00	

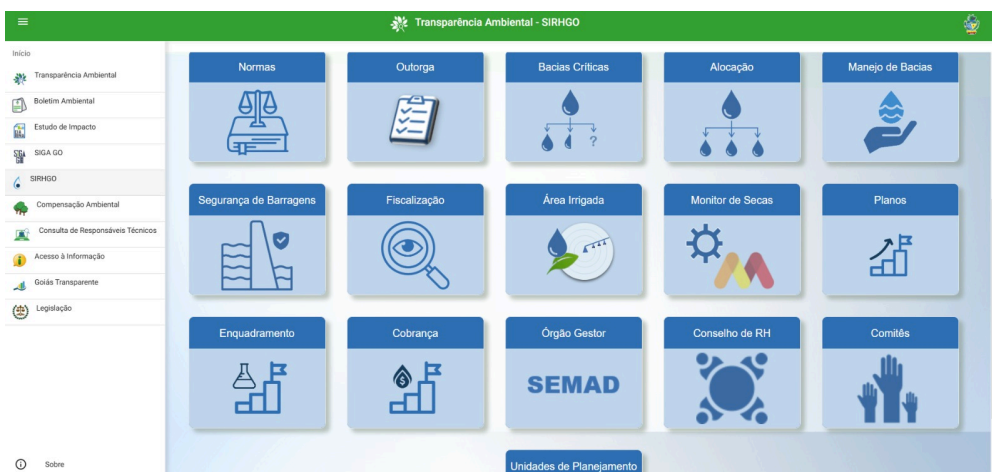
#### Resultado das Entregas / Ações

A meta de aprimoramento da gestão dos recursos naturais foi elaborada com o propósito de implantar sistemas de tecnologia na gestão ambiental. A meta foi atingida e a secretaria conseguiu concluir os seguintes sistemas: 18037 - Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em Goiás (SirhGO), 18061 - Sistema de Gestão de Fauna Silvestre na Condição Ex Situ (SIGEX), 18066 - Sistema do ICMS Ecológico, 18064 - Sistema de Cadastro Técnico Estadual de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e 18072 - Sistema Estadual de Informações sobre Segurança de Barragens (SEISB). A SEMAD também lançou o primeiro módulo do aplicativo de gestão de autos de infrações (18036), que recebeu o nome de Inã, uma plataforma que possibilitou a digitalização de todo o fluxo de processos de fiscalização, agilizando a aplicação de multas e garantindo mais transparência. Além disso, vários outros sistemas estão em andamento. Não foi possível realizar a liquidação de toda a dotação orçamentária autorizada, pois a empresa contratada para o desenvolvimento dos sistemas prioritários precisou de mais tempo para elaborar os processos de modelagem das plataformas, considerando os temas técnicos específicos do órgão.

### 3. Descrição Analítica

#### 3.1 Resultado da Iniciativa

A implantação de sistemas de tecnologia na gestão dos recursos naturais desempenha um papel fundamental na promoção de uma administração mais eficiente e transparente. A automação de processos, contribui diretamente para o aumento da transparência e da participação social, uma vez que a sociedade pode fiscalizar e se envolver ativamente na gestão ambiental. Como exemplo, temos a plataforma Inã, que possibilita a população a realização de denúncias de emergências ou danos ambientais e o acompanhamento do andamento do processo. No Inã é possível também compartilhar a localização da ocorrência, o que facilita a acuracidade e a eficiência da fiscalização. Os sistemas de tecnologia também facilitam o acesso a informação de forma simples e transparente. O SirhGO é uma plataforma que reúne dados atualizados sobre os recursos hídricos de Goiás, como chuvas, vazão de rios, qualidade da água, águas subterrâneas, reservatórios, normas, outorga, bacias críticas, alocação, manejo de bacias, segurança de barragens, fiscalização, área irrigada, monitor de secas, planos, enquadramento, cobrança, órgão gestor, conselho de recursos hídricos, comitês e mapas. Monitorar e ter acesso a esses parâmetros é essencial para garantir o abastecimento de água, adotar medidas preventivas em momentos de escassez, elaboração de políticas públicas e conservação dos recursos naturais. O SIGEX – Sistema de Gestão de Fauna Silvestre na Condição Ex situ, é um sistema eletrônico de gestão e controle dos empreendimentos e atividades relacionadas ao uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro do Estado de Goiás. Através dele, os empreendedores conseguem realizar uma série de ações relativas aos seus empreendimentos, tais como requerer autorizações, cadastrar, atualizar e trocar informações com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) que atua na análise de demandas e gerenciamento desses empreendimentos.



## INICIATIVA: 10128 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18100 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE	1,0	1,0	6.845.691,21	6.659.605,01	884.315,74	2335 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO E CONTROLE DE POLÍTICAS

						PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE (R\$ 884.315,74)
18102 - AÇÃO DE MONITORAMENTO DE USO E COBERTURA DO SOLO REALIZADA		1.376,0		0,00		
18112 - QUALIDADE DO AR MONITORADA		21,0		0,00		
18106 - PROCESSOS QUE PASSARAM POR AUTOCOMPOSIÇÃO E LOGRARAM ÊXITO		2.306,0		0,00		
18113 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL QUITADA		6,0		0,00		
18114 - CAMPANHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA USUÁRIOS DE RECURSOS NATURAIS REALIZADA		48,0		0,00		
18107 - INTEGRAÇÃO DOS CADASTROS TÉCNICOS FEDERAL E ESTADUAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORES E/OU UTILIZADORES DE RECURSOS NATURAIS IMPLANTADO		51,0		0,00		
18103 - SOLICITAÇÕES DE CONVERSÃO DE USO DO SOLO ANALISADAS		956,0		0,00		
18108 - SALA DE SITUAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES AMBIENTAIS IMPLANTADA		99,0		0,00		
18110 - SEGURANÇA DE BARRAGEM GERENCIADA		56.313,0		0,00		
18111 - DADOS E INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS DISPONIBILIZADAS		56,0		0,00		
18109 - DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL GERIDO		1.036,0		0,00		
18104 - PROCESSO DE EMPREENDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MONITORADO		1.021,0		0,00		
18105 - PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ANALISADOS		4.044,0		0,00		
18101 - AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ILEGAIS REALIZADA		811,0		0,00		

#### Resultado das Entregas / Ações

A meta definida para gestão da iniciativa de fortalecimento da gestão e controle de políticas públicas do meio ambiente foi alcançada, devido a empenho da equipe técnica responsável. A dotação orçamentária autorizada não foi utilizada, pois as ações foram desenvolvidas por esforço interno do corpo técnico da SEMAD e por outras fontes de recurso privado.

### 3. Descrição Analítica

#### 3.1 Resultado da Iniciativa

A gestão eficaz e o fortalecimento das políticas públicas de meio ambiente são fundamentais para garantir a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável, pois possibilitam a implementação de ações coordenadas para proteger ecossistemas e biodiversidade, promovendo o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. O controle rigoroso sobre a segurança de barragens gerenciadas é uma ferramenta para prevenção de desastres ambientais e visa garantir a integridade de comunidades e ecossistemas ao redor. Além disso, as ações de fiscalização de práticas ilegais, como desmatamento, poluição e caça ilegal, são utilizadas para combater atividades que comprometem o meio ambiente, assegurando que a legislação ambiental seja cumprida. O acompanhamento e a análise dos processos de licenciamento ambiental, incluindo o monitoramento no pós-licenciamento, garantem que os empreendimentos atendam às normas e medidas de mitigação ambiental, prevenindo impactos negativos a longo prazo. A resolução de conflitos por meio da autocomposição, quando os processos atingem resultados positivos, contribui para a construção de soluções mais rápidas e eficientes, fortalecendo a colaboração entre as partes envolvidas. Por fim, a emissão de documentos de origem florestal, assegura que os produtos florestais sejam provenientes de fontes legais e sustentáveis, combatendo a exploração ilegal e promovendo práticas de manejo florestal responsáveis. Essas ações integradas reforçam a governança ambiental, mitigam os impactos ambientais e promovem um desenvolvimento mais sustentável.

PROGRAMAS DE GOVERNO  
PROGRAMA: 1050 - SANEAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

INICIATIVA: 10126 - FORTALECIMENTO DA FORMULAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

U.O.: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18129 - SOLUÇÕES DE SANEAMENTO IMPLANTADAS	1,0	0,0	20.000,00	0,00	0,00	
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> Entrega realizada pela SEINFRA.						
18126 - UNIDADES REGIONAIS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS IMPLANTADAS	1,0	0,0	20.000,00	42.000,00	0,00	3244 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS PARA MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - URBANO (R\$ 0,00)
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> Entrega realizada pela SEINFRA.						
18128 - UNIDADES REGIONAIS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPLANTADAS	1,0	0,0	20.000,00	0,00	0,00	
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> Entrega realizada pela SEINFRA.						
18127 - MODELAGEM DE CONCESSÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADA	20,0	34,0	20.000,00	42.000,00	0,00	3245 - MODELAGEM DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - URBANO (R\$ 0,00)
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> A meta definida para modelagem de concessão de resíduos sólidos foi alcançada e superada, devido a empenho da equipe técnica responsável. A dotação orçamentária autorizada ainda não foi utilizada, pois o processo para assinatura do contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi moroso. Contudo, o contrato para a prestação de serviços técnicos especializados para a estruturação do projeto de concessão dos serviços públicos de gestão de resíduos sólidos urbanos, prestados em todos os municípios do Estado de Goiás, já foi assinado e foi dada a ordem de serviço para início da execução no mês de dezembro.						
18130 - PLANO ESTADUAL E REGIONAIS DO SANEAMENTO BÁSICO ELABORADO	30,0	0,0	20.000,00	0,00	0,00	
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> Entrega realizada pela SEINFRA.						
18125 - ECOPONTOS CONSTRUÍDOS	2,0	0,0	20.000,00	1.096.287,44	0,00	3158 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA GERENCIAMENTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (R\$ 0,00)
<b>Resultado das Entregas / Ações</b> Por 2024 ter sido ano eleitoral, não foi possível avançar com a construção dos ecopontos, considerando que para a implantação dos mesmos é necessária a doação de terrenos pelas prefeituras. Dessa maneira, a meta não foi atingida. A dotação orçamentária autorizada não foi utilizada e foi parcialmente transferida para outros produtos.						

3. Descrição Analítica

3.1 Resultado da Iniciativa

Dentro da iniciativa de fortalecimento da formulação e gestão da política de saneamento básico, algumas entregas foram passadas para a SEINFRA. O saneamento básico compreende um conjunto de serviços, infraestrutura e práticas que têm como objetivo promover a saúde pública, melhorar a qualidade de vida da população e proteger o meio ambiente. O saneamento básico abrange, em geral, as áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e gestão e manejo de resíduos sólidos. No âmbito de saneamento, a SEMAD ficou responsável pela gestão de resíduos sólidos. Dessa maneira, foi possível avançar na modelagem de concessão de resíduos sólidos, uma ferramenta importante para a gestão sustentável dos resíduos urbanos. Ao transferir a atividade para a iniciativa privada, pode-se otimizar recursos, melhorar a qualidade do serviço e incentivar práticas inovadoras na gestão de resíduos.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS INICIATIVAS DOS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2024

EIXO: GOIÁS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

OBJETIVO ESTRATÉGICO: MEIO AMBIENTE

PROGRAMA: 1011 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA  
3201 - GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

RESULTADO ESPERADO: Equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais

Execução Físico-Financeira das Iniciativas do Programa:

Iniciativa	Entrega/Unidade	Metas Físicas		Eficácia Física por Entrega (c=b/a)	Ação	Metas Financeiras (em reais)		Taxa de Liquidação da ação (g=f/e)	Eficácia Física por Iniciativa (d)	Taxa de Liquidação da iniciativa (h=f/e)	Eficiência (h=d/h)
		Prevista (a)	Realizada (b)			Dotação Autorizada (e)	Saldo Liquidado (f)				
10016 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	18048 - GESTÃO DA INICIATIVA DE APRIMORAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS (PRODUTO SIOFI / UNIDADE)	1,0	1,0	100,00%	3119 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	82.000,00	0,00	0,00%	100,00%	57,53%	1,7
					2332 - GESTÃO DA INICIATIVA DE APRIMORAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS	16.773.712,56	9.697.823,27	57,82%			
	18034 - SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		0,0								
	18035 - MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS – MTR ONLINE IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		0,0								
	18036 - APLICATIVOS DE GESTÃO AUTOS DE INFRAÇÕES IMPLANTADOS E ATUALIZADOS (SERVIÇO / UNIDADE)		37,0								
	18037 - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		100,0								
	18038 - SISTEMA DE COBRANÇAS PELO USO DA ÁGUA IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		1,5								

18039 - SISTEMA DE OUTORGA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E LANÇAMENTO DE EFLUENTES IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		71,9									
18049 - SISTEMA ESTADUAL DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		46,0									
18060 - SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (IPÊ) IMPLANTADO E ATUALIZADO (UPDATED) (SERVIÇO / UNIDADE)		10,0									
18061 - SISTEMA DE GESTÃO DE FAUNA SILVESTRE NA CONDIÇÃO EX SITU (SIGEX) IMPLANTADO E ATUALIZADO (SERVIÇO / UNIDADE)		100,0									
18062 - SISTEMA DE GESTÃO DE METAS IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		0,0									
18063 - PLATAFORMA DE NEGÓCIOS PARA O DESMATAMENTO EVITADO IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		46,6									
18064 - SISTEMA DE CADASTRO TÉCNICO ESTADUAL DE ATIVIDADES E INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		100,0									
18065 - CADASTRO DE ÁREAS CONTAMINADAS IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		12,5									
18066 - SISTEMA DO ICMS ECOLÓGICO IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		100,0									

	18067 - SISTEMA DE GESTÃO DO CREDENCIAMENTO AMBIENTAL IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		26,3								
	18068 - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		0,0								
	18069 - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		0,0								
	18070 - SISTEMA DE GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		0,6								
	18071 - APLICAÇÃO WEB DE MONITORAMENTO DE FOCOS DE CALOR IMPLANTADA E ATUALIZADA (UPDATED) (SERVIÇO / UNIDADE)		45,0								
	18072 - SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS IMPLANTADO E ATUALIZADO (UPDATED) (SERVIÇO / UNIDADE)		100,0								
	18073 - SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL INTEGRADO AO IPÊ IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		0,0								
10052 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE	18264 - ESCOLA DE MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDA (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL)	10,0	10,0	100,00%	3157 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE	1.722.000,00	0,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,0
10084 - ESCOLA DE MEIO AMBIENTE	18132 - GESTÃO DA INICIATIVA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE (PRODUTO SIOFI / NUMERO)	1,0	1,0	100,00%	2331 - GESTÃO DA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE	42.000,00	1.540,00	3,67%	100,00%	3,67%	2,0

	18133 - CAPACITAÇÕES/CURSOS REALIZADOS PARA O PÚBLICO EXTERNO (SERVIÇO / NUMERO)		38,0								
	18134 - CAPACITAÇÕES/CURSOS REALIZADOS PARA O PÚBLICO INTERNO (SERVIÇO / NUMERO)		35,0								
	18135 - PESSOAS CAPACITADAS (SERVIÇO / NUMERO)		4.528,0								
10122 - FORTALECER A RESILIÊNCIA DE GOIÁS AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	18098 - CONFORMIDADE CLIMÁTICA ESTADUAL E MERCADO DE CARBONO JURISDICIONAL IMPLANTADOS (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL)	20,0	50,0	200,00%	2524 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA VIABILIZAR A CONFORMIDADE CLIMÁTICA	93.500,00	0,00	0,00%	200,00%	0,00%	0,0
	18099 - PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS IMPLANTADO (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL)	20,0	61,3	200,00%	2525 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DOS PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS	42.000,00	0,00	0,00%			
	18140 - POLÍTICA DO DESMATAMENTO EVITADO IMPLANTADA (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL)	20,0	61,3	200,00%	2526 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DA POLÍTICA DO DESMATAMENTO EVITADO	62.000,00	0,00	0,00%			
10125 - FORTALECIMENTO DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE	18115 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO REALIZADA (PRODUTO SIOFI / NUMERO)	2,0	0,0	0,00%	3164 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	6.556.789,32	0,00	0,00%	54,76%	38,56%	1,4
	18116 - CONCESSÃO DE PARQUES ESTADUAIS REALIZADAS (PRODUTO SIOFI / NUMERO)	1,0	0,0	0,00%	3155 - CONCESSÃO DE PARQUES ESTADUAIS	1.130.500,00	0,00	0,00%			
	18117 - PLANO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ELABORADO (PRODUTO SIOFI / NUMERO)	1,0	0,0	0,00%	3287 - ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	2.032.000,00	86.500,00	4,26%			
	18118 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE (PRODUTO SIOFI / UNIDADE)	1,0	1,0	100,00%	2333 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE	11.764.000,00	8.198.095,89	69,69%			

	18120 - AÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REALIZADAS (SERVIÇO / UNIDADE)		50,0								
	18121 - EMPREENDIMENTO COM USO E MANEJO DE FAUNA FISCALIZADO (SERVIÇO / UNIDADE)		40,0								
	18122 - AUTORIZAÇÕES PARA O USO E MANEJO DE FAUNA ANALISADAS (SERVIÇO / UNIDADE)		1.190,0								
	18123 - CADASTROS AMBIENTAIS RURAIS ANALISADOS (SERVIÇO / UNIDADE)		1.225,0								
	18124 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GERIDA (SERVIÇO / UNIDADE)		24,0								
10127 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS	18083 - AÇÕES DE SEGURANÇA HÍDRICA REALIZADA (PRODUTO SIOFI / NUMERO)	1,0	2,0	200,00%	2336 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA HÍDRICA	945.468,73	634.777,86	67,14%	120,07%	18,67%	2,0
	18084 - PLANOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO ELABORADOS (PRODUTO SIOFI / NUMERO)	2,0	4,0	200,00%	3288 - ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO	82.000,00	0,00	0,00%			
	18085 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS (PRODUTO SIOFI / UNIDADE)	1,0	1,0	100,00%	2334 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS	5.699.864,00	696.584,06	12,22%			
	18088 - FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS REALIZADA (SERVIÇO / UNIDADE)		58,0								
	18089 - AÇÕES PARA REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS IMPLEMENTADAS (SERVIÇO / UNIDADE)		3,0								

	18090 - SOLICITAÇÃO DE OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS ANALISADA (SERVIÇO / UNIDADE)		4.817,0								
	18091 - COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE RIOS ESTADUAIS INSTALADO E GERIDO (SERVIÇO / UNIDADE)		5,0								
	18092 - DECLARAÇÕES DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS ANALISADAS (SERVIÇO / UNIDADE)		29.288,0								
	18094 - QUALIDADE DA ÁGUA MONITORADA (SERVIÇO / UNIDADE)		589,0								
	18095 - ESTAÇÕES HIDROMETEROLÓGICAS MONITORADAS (SERVIÇO / UNIDADE)		137,0								
	18086 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS AQUIFEROS SUBTERRÂNEOS DO ESTADO DE GOIÁS (PRODUTO SIOFI / UNIDADE)	1,0	19,0	200,00%	2527 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DE AQUIFEROS SUBTERRÂNEOS	342.000,00	0,00	0,00%			
	18087 - PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS ATUALIZADO (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL)	1,0	7,0	200,00%	3159 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	62.000,00	0,00	0,00%			
10128 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE	18100 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE (PRODUTO SIOFI / UNIDADE)	1,0	1,0	100,00%	2335 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE	6.659.605,01	884.315,74	13,28%	100,00%	13,28%	2,0
	18101 - AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ILEGAIS REALIZADA (SERVIÇO / UNIDADE)		811,0								
	18102 - AÇÃO DE MONITORAMENTO DE USO E COBERTURA DO SOLO REALIZADA (SERVIÇO / UNIDADE)		1.376,0								

18103 - SOLICITAÇÕES DE CONVERSÃO DE USO DO SOLO ANALISADAS (SERVIÇO / UNIDADE)		956,0									
18104 - PROCESSO DE EMPREENDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MONITORADO (SERVIÇO / UNIDADE)		1.021,0									
18105 - PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ANALISADOS (SERVIÇO / UNIDADE)		4.044,0									
18106 - PROCESSOS QUE PASSARAM POR AUTOCOMPOSIÇÃO E LOGRARAM ÊXITO (SERVIÇO / UNIDADE)		2.306,0									
18107 - INTEGRAÇÃO DOS CADASTROS TÉCNICOS FEDERAL E ESTADUAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORES E/OU UTILIZADORES DE RECURSOS NATURAIS IMPLANTADO (SERVIÇO / UNIDADE)		51,0									
18108 - SALA DE SITUAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES AMBIENTAIS IMPLANTADA (SERVIÇO / UNIDADE)		99,0									
18109 - DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL GERIDO (SERVIÇO / UNIDADE)		1.036,0									
18110 - SEGURANÇA DE BARRAGEM GERENCIADA (SERVIÇO / UNIDADE)		56.313,0									
18111 - DADOS E INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS DISPONIBILIZADAS (SERVIÇO / UNIDADE)		56,0									
18112 - QUALIDADE DO AR MONITORADA (SERVIÇO / UNIDADE)		21,0									

	18113 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL QUITADA (SERVIÇO / UNIDADE)		6,0								
	18114 - CAMPANHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA USUÁRIOS DE RECURSOS NATURAIS REALIZADA (SERVIÇO / UNIDADE)		48,0								
10230 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM QUALIDADE AMBIENTAL	18096 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO SUSTENTÁVEL IMPLEMENTADO (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL)	20,0	35,4	177,20%					0,00%	0,00%	0,0
	18097 - LOTES DO PROJETO JUNTOS PELO ARAGUAIA IMPLEMENTADO (PRODUTO SIOFI / HECTARE)	20.000,0	0,0	0,00%							
TOTAL DO PROGRAMA						54.091.439,62	20.199.636,82		96,85%	37,34%	1,1

Fontes:

Obs.:

Entrega/unidade e meta física prevista: SIPLAM (conforme disposto no Anexo Único e § 1º do Art. 12 da Lei nº 22.317, DE 18/10/2023)

Meta física realizada: informada pelos Órgãos/Entidades;

Metas financeiras: SiofiNet/Siplam/Plano Plurianual 2024-2027/Dados informados pelas empresas.

Alguns aspectos comprometem o resultado dos indicadores de eficácia e eficiência, tais como: planejamento inadequado (no que tange às metas físicas das entregas e ao orçamento das ações), inexistência e infidelidade das informações prestadas pelos órgãos/entidades e apropriação incorreta de despesas. Para o cálculo da eficácia física das iniciativas, procede-se à média ponderada das eficácias físicas das entregas, utilizando como critério de ponderação as dotações autorizadas de cada entrega. Já o cálculo da eficácia física e eficiência de cada programa é realizado por meio da média simples dos respectivos índices alcançados pelas iniciativas. A taxa de liquidação da iniciativa é obtida por meio da relação entre o montante liquidado e o autorizado total da iniciativa, considerando os valores de todas as ações a ela relacionadas. As ações cuja execução ocorre via SiofiNet, terão os valores autorizado e liquidado extraídos daquele sistema. Para as ações executadas pelas empresas não dependentes, que constavam no Orçamento de Investimento das Empresas da LOA, a Meta Financeira Autorizada é aquela publicada no Orçamento. No caso de ações não orçamentárias, considera-se como Meta Financeira Autorizada o valor previsto no PPA para o exercício sob análise. A Meta Financeira Liquidada para as ações que não constam no SiofiNet (extraorçamentárias ou realizadas pelas empresas não dependentes) corresponde ao valor executado informado pela unidade no Siplam. Para reduzir a ocorrência de distorções, os resultados aferidos para eficácia física foram limitados a 200%, os de taxa de liquidação a 100% e os de eficiência a 2,0. Conforme relatado, na metodologia adotada o único critério de influência das entregas no resultado da iniciativa é a materialidade, ou seja, a representatividade do volume de recursos envolvidos (valor autorizado). Dessa forma, podem ocorrer distorções no desempenho apresentado pelas iniciativas e programas e, por isso, os indicadores de eficácia e eficiência não devem ser interpretados isoladamente como os resultados alcançados pelas iniciativas e pelo programa.

EIXO: GOIÁS DA INFRAESTRUTURA SOCIAL E ECONÔMICA

OBJETIVO ESTRATÉGICO: INFRAESTRUTURA PARA FAMÍLIAS

PROGRAMA: 1050 - SANEAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA  
4301 - GABINETE DE SEC. DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

RESULTADO ESPERADO: Ampliação do acesso à água tratada, da coleta e tratamento de esgoto e melhoria da gestão dos resíduos sólidos.

Execução Físico-Financeira das Iniciativas do Programa:

Iniciativa	Entrega/Unidade	Metas Físicas		Eficácia Física por Entrega (c=b/a)	Ação	Metas Financeiras (em reais)		Taxa de Liquidação da ação (g=f/e)	Eficácia Física por Iniciativa (d)	Taxa de Liquidação da iniciativa (h=f/e)	Eficiência (h=d/h)
		Prevista (a)	Realizada (b)			Dotação Autorizada (e)	Saldo Liquidado (f)				
10126 - FORTALECIMENTO DA FORMULAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO	18125 - ECOPONTOS CONSTRUÍDOS (PRODUTO SIOFI / NUMERO)	2,0	0,0	0,00%	3158 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA GERENCIAMENTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.096.287,44	0,00	0,00%	6,05%	0,00%	0,0
	18126 - UNIDADES REGIONAIS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS IMPLANTADAS (PRODUTO SIOFI / UNIDADE)	1,0	0,0	0,00%	3244 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS PARA MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - URBANO	42.000,00	0,00	0,00%			
	18127 - MODELAGEM DE CONCESSÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADA (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL)	20,0	34,0	170,00%	3245 - MODELAGEM DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - URBANO	42.000,00	0,00	0,00%			
	18128 - UNIDADES REGIONAIS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPLANTADAS (PRODUTO SIOFI / UNIDADE)	1,0	0,0	0,00%							
	18129 - SOLUÇÕES DE SANEAMENTO IMPLANTADAS (PRODUTO SIOFI / NUMERO)	1,0	0,0	0,00%							
	18130 - PLANO ESTADUAL E REGIONAIS DO SANEAMENTO BÁSICO ELABORADO (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL)	30,0	0,0	0,00%							
TOTAL DO PROGRAMA						1.180.287,44	0,00		6,05%	0,00%	0,0

Entrega/unidade e meta física prevista: SIPLAM (conforme disposto no Anexo Único e § 1º do Art. 12 da Lei nº 22.317, DE 18/10/2023)

**Fontes:** Meta física realizada: informada pelos Órgãos/Entidades;  
Metas financeiras: SiofiNet/Siplam/Plano Plurianual 2024-2027/Dados informados pelas empresas.

**Obs.:** Alguns aspectos comprometem o resultado dos indicadores de eficácia e eficiência, tais como: planejamento inadequado (no que tange às metas físicas das entregas e ao orçamento das ações), inexistência e infidelidade das informações prestadas pelos órgãos/entidades e apropriação incorreta de despesas. Para o cálculo da eficácia física das iniciativas, procede-se à média ponderada das eficácias físicas das entregas, utilizando como critério de ponderação as dotações autorizadas de cada entrega. Já o cálculo da eficácia física e eficiência de cada programa é realizado por meio da média simples dos respectivos índices alcançados pelas iniciativas. A taxa de liquidação da iniciativa é obtida por meio da relação entre o montante liquidado e o autorizado total da iniciativa, considerando os valores de todas as ações a ela relacionadas. As ações cuja execução ocorre via SiofiNet, terão os valores autorizado e liquidado extraídos daquele sistema. Para as ações executadas pelas empresas não dependentes, que constavam no Orçamento de Investimento das Empresas da LOA, a Meta Financeira Autorizada é aquela publicada no Orçamento. No caso de ações não orçamentárias, considera-se como Meta Financeira Autorizada o valor previsto no PPA para o exercício sob análise. A Meta Financeira Liquidada para as ações que não constam no SiofiNet (extraorçamentárias ou realizadas pelas empresas não dependentes) corresponde ao valor executado informado pela unidade no Siplam. Para reduzir a ocorrência de distorções, os resultados aferidos para eficácia física foram limitados a 200%, os de taxa de liquidação a 100% e os de eficiência a 2,0. Conforme relatado, na metodologia adotada o único critério de influência das entregas no resultado da iniciativa é a materialidade, ou seja, a representatividade do volume de recursos envolvidos (valor autorizado). Dessa forma, podem ocorrer distorções no desempenho apresentado pelas iniciativas e programas e, por isso, os indicadores de eficácia e eficiência não devem ser interpretados isoladamente como os resultados alcançados pelas iniciativas e pelo programa.